

“NATUREZA”? UM SOBREVÃO SOBRE ALGUNS MOMENTOS DA HISTÓRIA DA DANÇA OCIDENTAL DO SÉCULO XVIII E XX

"Nature"? An overfly at some moments in the history of eighteenth and twentieth century western dance

Ana Teixeira

Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP

Resumo: A proposta deste texto é ressaltar dois períodos na história da dança ocidental, nos quais a questão da Natureza foi fundamental para articular pressupostos distintos no entendimento dos dois momentos da história da dança. Do século XVIII ao XX, registra-se a inquietação de artistas que se debruçavam no estudo da Natureza como ativador da compreensão do corpo, da dança, do gesto e do movimento. No século XVIII, interrogava-se sobre a natureza humana, suas emoções e como expressá-las, já no século XX buscava-se redescobrir o corpo a partir da Natureza. A questão que se lança é: como os artistas estão lidando com essa questão no século XXI?

Palavras-chave: Dança; Natureza; Corpo.

Abstract: The purpose of this text is to highlight two periods in the history of western dance, in which the question of Nature was fundamental to articulate different assumptions in the understanding of the two moments of dance history. From the eighteenth to the twentieth centuries, there is the unrest of artists who focused on the study of Nature as activator of the understanding of body, dance, gesture and movement. In the eighteenth century, one wondered about human nature, its emotions and how to express them, while in the twentieth century it was sought to rediscover the body from Nature. The question that arises is: How are artists dealing with this issue in the 21st century?

Keywords: Dance; Nature; Body.

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 43 a 52

Perdemos toda capacidade de admiração. Vivemos numa loja mercantil transparente, onde nós próprios, enquanto clientes transparentes, somos supervisionados e governados.

(CHUL HAN, 2017, p. 128)

Assim Byung Chul Han termina o seu livro *Sociedade do Cansaço*. Filósofo sul-coreano que vem despertando a admiração dos leitores e uma espécie de rechaço por parte de alguns filósofos, que o consideram superficial e pretencioso em suas argumentações. Começar o artigo dessa forma, produzindo desde o início um certo desânimo, tem por função chamar a atenção para a seguinte questão: ao deixar uma cidade pulsante, em que o corpo troca informações com o ambiente da competição que anima a sociedade do século XXI, dos chamamentos diários via redes sociais, conseguiríamos nos despojar de tais exigências a partir do contato com a “natureza”? Natureza aqui entendida sob o aspecto da natureza física, das coisas, do universo natural ou físico; de que o sujeito, muitas vezes, diz desfrutar para ir ao “encontro de suas emoções e sentimentos, ao encontro consigo

próprio”; da natureza do que é humano.

Ao olhar para a história remota, podemos encontrar algumas propostas que iluminam essa discussão, no que tange à área de conhecimento a que estamos nos referindo – dança –, propostas situadas no século XVIII e XX, na França e na Alemanha. Citamos, na França setecentista, um conflito que se anuncia entre o francês Jean Philippe Rameau (1683-1764) e o suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) sobre a ideia de “natureza”. O primeiro, músico, cravista e compositor de várias peças para os balés da corte francesa; o outro, suíço, vivendo na França, filósofo autodidata, que também almejava ser músico, mas inclinou-se à vida política, e não artística. Saímos das presas da ideologia da etiqueta à moda de Luis XIV (1638-1715), e nos encontramos nas gestões tumultuadas dos reis Luis XV (1710-1774), que reinou de 1715 a 1774, e de Luis XVI (1754-1793), de 1774 a 1792. Nessas duas últimas gestões, ambos, Rameau e Rousseau provocaram as teorias do mestre de dança que revolucionou o seu tempo, o

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 43 a 52

francês Jean-Georges Noverre (1727-1810). Uma tríade importante: Rameau, Rousseau e Noverre; os três têm como ponto axial a questão da “natureza” em perspectivas distintas. Para o primeiro, músico, a natureza se relacionava à natureza física, das coisas, ou seja, estavam nos ritmos da natureza os ritmos das músicas: a harmonia se associava a saber escutar os corpos sonoros que a natureza promulgava – entendendo como corpo sonoro todo e qualquer corpo, inclusive o humano. Para o filósofo, dizia respeito à natureza humana, às emoções, às paixões, aos sentimentos, a um “estado da alma”. Em Noverre, o mestre de dança, a natureza só poderia ser compreendida, na dança, a partir da expressão dos sentimentos humanos, da “alma”, que coadunava com os postulados de Rousseau. Para Noverre,

(...) um mestre de balé precisa conhecer as belezas e as imperfeições da natureza, pois esse estudo lhe permitirá fazer uma escolha acertada de cenas que serão ora poéticas, ora

históricas, ora alegóricas e morais. (NOVERRE *apud* MONTEIRO, 1998, p. 227)

Para tanto, o balé deveria expressar os sentimentos, as emoções da natureza humana, que, como a pintura, pintava uma ação dramática, retratando as paixões, os hábitos e costumes de uma sociedade. Denominando seu estudo “balé de ação”, seguindo o que já vinha sendo discutido no contexto artístico e filosófico do século XVIII eurocêntrico, ele escreve na Carta 10: “Ação em matéria de dança é a arte de transmitir à alma dos espectadores nossos sentimentos e nossas paixões por meio da expressão dos movimentos, dos gestos e da fisionomia” (NOVERRE *apud* MONTEIRO, 1998, p. 297).

O importante é sublinhar que, à época, houve uma mudança de paradigma em torno do conceito de Natureza. Se no Ocidente, antes, ela se referia ao princípio de todas as coisas, os homens regiam suas vidas a partir dela e eram condicionados por ela, agora essa é controlada pelos homens:

A história que se desenrola de Sócrates a Descartes é, pois, a do homem que domina a pouco e pouco o mundo, dominando-se a si mesmo. Os gregos escapam ao mundo da magia, rompem com as suas leis escritas e precisas, leis da troca e da linguagem dos sinais pelas quais o homem se dirige à Natureza para se conciliar com ela. Os mecanicistas tomam posse do mundo inanimado da matéria impondo-lhe uma linguagem matemática à qual é incapaz de responder (...) Desmontam a bela mecânica da natureza que lhes é dada para dela se tornarem “donos e senhores”. (LENOBLE, 1990, p. 22)

Na Alemanha novecentista, há outro reformador do entendimento em voga, no século anterior, de corpo, de movimento, de dança: o húngaro Rudolf Von Laban (1879-1958). Ele se afasta da lógica da dança como expressão dos sentimentos, buscando compreender a natureza do corpo, sua materialidade. Para ele, segundo Suquet (2006, p. 530): “a dança não exprime nenhuma interioridade psicológica. Ela é fundamentalmente, segundo

a expressão de Laban, o “poema do esforço” pelo qual o ser não cessa de inventar a sua própria matéria”.

A ideia de natureza, no período, não era a mecanicista, que ainda estava operando e sendo questionada no século XVIII, proposta pelo pai da filosofia moderna, o francês René Descartes (1596-1650). Como principal legado, Descartes nos deixa a dicotomia cartesiana entre corpo e mente. O filósofo moderno postulava que a redução da natureza em corpo e do corpo em extensão é uma redução que a torna matematizada, quantificada, estabelecendo uma relação vinculada a uma medida; em outras palavras, é um universo em que tudo o que existe são corpos que se reduzem à extensão, com o registro da diferença entre os corpos localizada nas formas e tamanhos. Toda a física cartesiana é uma teoria matemática do “movimento”, na qual não intervém a força, porque a matéria, o corpo e a natureza não são mais que a extensão; assim, a lei fundamental do universo tem que ser a lei da somatória da quantidade do movimento entre os corpos. Nesse

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 43 a 52

contexto, a tarefa da física será derivar um conjunto de leis para explicar o que acontece nos movimentos observáveis na natureza.

As questões que se apresentam no início do século XX são de outra ordem. Mudanças significativas acontecem a partir do desenvolvimento tecnológico das invenções do final do século anterior – como, por exemplo, automóvel, cinema, fotografia, lâmpada, telefone – e, principalmente, do corpo entendido como protagonista da cena, não mais uma extensão da mente, mas, sim, uma experiência política. Tratava-se do tempo do movimento das grandes guerras, da filosofia abalando as verdades absolutas, das certezas vigentes até o momento, do crescimento populacional. Tratava-se também da física estabelecendo outros postulados, já que o alemão A. Einstein (1879-1955) pergunta se tempo e espaço são absolutos, refutando a proposta de separação entre essas duas propriedades do inglês I. Newton (1643-1727), ou

seja, dizendo-nos que não há divisão entre espaço-tempo, que ambos estão relacionados e se afetam mutuamente. Outras perguntas surgem, o sujeito busca sua autonomia social, política e econômica:

Com efeito, o que triunfou a partir do século XIX e, de maneira mais evidente ainda, ao longo do século XX, não foi a racionalidade do homem tal qual fora vislumbrada no século das Luzes e pela Revolução Francesa, racionalidade dos fins últimos e dos valores irrigados pelos sentimentos e pelas paixões, tal como nos ensinaram Rousseau e Goethe, mas somente a racionalidade instrumental, aquela que se interessa apenas pelos meios a serem utilizados e que responde só à questão: como? Jamais à questão: por quê? Essa predominância se traduz pelo surgimento apenas da racionalidade econômica, aquela que permite o cálculo dos melhores meios e dos melhores métodos, cálculo de custos e de vantagens, e que submete todo mundo ao reino do dinheiro. (ENRIQUEZ, 2006, s/p)

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 43 a 52

Laban se interessa em pesquisar a questão do sentir, da percepção, da memória, do peso do corpo, do deslocamento e “(...) aborda a corporeidade do homem moderno como um palimpsesto. Toda a evolução da matéria estaria nela codificada, acessível sob a forma de traços e de vibrações que é preciso reavivar” (SUQUET, 2006, p. 525).

Em suas investidas, Laban decide se retirar, com o seu grupo, para o Monte Veritá, na vila de Ascona, situada nos Alpes Suíços, em 1912, para criar sua Escola de Arte do Movimento. Um lugar propício à sua pesquisa sobre a dança “livre”, onde, de acordo com Ropa (2014, p. 24), os artistas labanianos: “Passavam longas horas de trabalho em espaços abertos, estudando com os pés descalços (...) buscando penetrar os segredos do movimento do próprio corpo e sua relação com a natureza (...)”. A tensão da pesquisa desse teórico estava na relação corpo-espírito-alma (SERVOS, 2014) e, para tanto, investigá-la à minúcia, como possibilidade de experiência do corpo pensante, solicitava um afastamento da sociedade industrial – uma conexão direta entre corpo e

natureza. No Monte, encontram-se filósofos, antropólogos, artistas, vegetarianos, psicanalistas, anarquistas, convencidos da queda cultural do ocidente industrializado. À luz de Suquet (2012, p. 383):

Aos olhos dos utopistas do Monte Veritá, nutridos pelo pensamento de Nietzsche, a regeneração social e individual efetiva-se pela recuperação da dimensão carnal da experiência, minada por séculos de depreciação e repressão intelectual e moral. O indivíduo moderno deve recuperar seu apego à natureza para avançar em direção a um novo desenvolvimento, físico, psicológico e espiritual. A regeneração da vida é então acompanhada por “uma regeneração vital das artes”.

Vale situar que a proposta desta breve exposição não é averiguar, na história, com profundidade, momentos importantes em que “natureza”, em concepções distintas, foi um conceito basilar das discussões artísticas, mas exemplificar algumas dessas concepções, tendo em vista que a bibliografia que concerne a esses dois momentos é fecunda. Portanto, esse conceito foi

Moringa Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 10 n. 2, jun-dez/2019, p. 43 a 52

convocado porque, para muitos artistas, esse aparece como um dos eixos de interesse.

Saímos desses períodos e nos atentamos para o século XXI, considerando a condição do contexto com o qual o sujeito mantém relação de troca mútua. Temas centrais como a exacerbação do neoliberalismo, a sociedade da competição, o sujeito em busca desenfreada por desempenho eficaz, maximizando a produção, o excesso de individualismo, o mundo midiático, vêm sendo pesquisados por vários teóricos de distintas áreas do conhecimento. Na esteira de Dardot e Laval (2016), que propõem o neoliberalismo não como um sistema econômico, e, sim, como “(...) uma *racionalidade* e, para tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (p. 17). O filósofo e o sociólogo afirmam que é a concorrência generalizada, “(...) como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (idem), a marca

central do racionalismo neoliberal. O que está em relevo, na proposta desses teóricos, é que a economia passa a gerir a vida de modo geral, e nessa gerência estão todos capturados, pois isso afeta a vida cotidiana. Nessa condição, a natureza passa a ser de ordem econômica. Se pensarmos na natureza física, sabemos que os recursos naturais estão cada vez mais sendo explorados, a serviço da vontade dos homens. Os sujeitos, mais isolados, competindo uns com os outros, se tornam uma empresa para administrar sua vida:

(...) a norma de vida neoliberal impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns com os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16)

Byung dirá que “(...) o hipercapitalismo atual dissolve totalmente a existência humana numa rede de relações comerciais” (2017, p. 127). O filósofo é ainda mais enfático quando aponta, na mesma página, que “o hipercapitalismo transforma todas as relações humanas em relações comerciais”. Todavia, o que está em jogo é a relação entre sujeito e instituição, ou melhor, o sujeito como instituição. Dardot e Laval (2016) chamarão o sujeito no nosso tempo de o homem empresarial, e Byung (2017) de sujeito do desempenho. Esse sujeito dotado de poder, diferentemente daquele do século XVIII, dotado do dever, não mais tem a quem se submeter além de si próprio, já que ele se autogere. Como patrão e gerente de si, o sujeito não mantém relação com o outro, a não ser em estado de competir, portanto,

Quando o sujeito empresarial vincula seu narcisismo ao sucesso de si mesmo conjugado com o da empresa, num clima de guerra concorrencial, o menor ‘revés do destino’ pode ter efeitos extremamente violentos. A gestão neoliberal

da empresa, interiorizando a coerção de mercado, introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos assumi-las como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 363)

Byung, sobre esse ponto, sustenta que:

O sujeito do desempenho esgotado, depressivo está, de certo modo, desgastado consigo mesmo. Está cansado, esgotado de si mesmo, de lutar consigo mesmo. Totalmente incapaz de sair de si, estar lá fora, de confiar no outro, no mundo, fica se remoendo, o que paradoxalmente acaba levando à autoerosão e ao esvaziamento. (2017, p. 91)

Sobre a questão da Natureza, um conceito tão complexo, pedra basilar para a filosofia, começamos esse texto anunciando a sua matematização no século XVIII, em que os homens começaram a perguntar-se por seus sentimentos e emoções; no século XX, os sujeitos estavam interessados pela experiência, já que a modernidade colocou em perigo a vida humana, como, por

exemplo, os genocídios em massa, a partir do paradigma do campo de concentração (AGAMBEN, 1995). E no século XXI, como nós, artistas, viemos lidando com essa questão? Estamos nos considerando o centro de tudo? Estamos indo à natureza para fugir das angústias da vida contemporânea e, quem sabe, encontrar a “nossa essência”? Estamos lidando com os sentimentos no âmbito mais narcísico da racionalidade neoliberal? Quais as modificações que o nosso tempo vem provocando, se nos atentamos para o fato de que a racionalidade neoliberal produz um tipo de sujeito que parece se distanciar daquilo que condiz, também, com a natureza humana, “o convívio com”, a disponibilidade para o outro?

Iniciei o texto com uma citação de Byung, nada entusiasta, e termino com esta outra:

O alarido da comunicação sufoca o silêncio. A proliferação e massificação das coisas expulsa o vazio.

As coisas superpovoam céu e terra. Esse universo-mercadoria não é mais apropriado para se morar. (CHUL HAN, 2017, p. 128)

Será?

Recebido em: 01/08/2019

Aceito em: 28/09/2019

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CHUL HAN, Byung. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL. **A Nova Razão do Mundo**. Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, (2009) 2016.

ENRIQUEZ, Eugène. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. 2006. In: **RAE electronica**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n1/29568.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Rio de Janeiro: edições 70, 1990.

MONTEIRO, Marianna. **Noverre**. Cartas sobre a dança. São Paulo: Edusp-FAPESP, 1998.

ROPA, Eugenia Casini. **A dança e o Agit-Prop**: os teatros não teatrais na cultura alemã do século XX. Tradução: Matteo Bonfitto, Michele Schiocchet, Yedda Chaves. – 1. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2014.

SERVOS, Norbert. Danças da Vida. In. **Trabalhos Reunidos 2**: conexão dança Alemanha-Brasil.

Carmen Paternostro. Salvador: UFBA, 2014.

SUQUET, Annie. **L'éveil des modernités**: une histoire culturelle de la danse (1870-1945). Paris: Centre National de la Danse, 2012.

SUQUET, Annie. **Cenas**: o corpo dançante: um laboratório de percepção. História do Corpo: as mutações do olhar: o século XX. Org. Jean-Jacques Courtine. Petrópolis: Edição Vozes, 2006.